

## Limites e Alcances deste Ensaio

*"Gênero e sexualidade estão intimamente relacionados e juntos afetam a habilidade de homens e mulheres de assegurar sua saúde sexual e controlar sua fecundidade". (Esboço do Plano de Ação da CIPD. Sistema das Nações Unidas 1993)*

Ao longo das últimas duas décadas o pensamento feminista tem elaborando um discurso público sobre gênero e sexualidade no Brasil e no planeta. Uma etapa importante deste processo está se completando. Em setembro de 1994, no Cairo, nos corredores em que circulavam os participantes da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, registrou-se um curioso diálogo envolvendo dois delegados oficiais de países em desenvolvimento: *"There is too much sex in this document"* (*"Há sexo demais neste documento"*) diziam eles.

De fato, o Plano de Ação aprovado no Cairo, contém todo um capítulo dedicado ao tema da Equidade, Igualdade de Gênero e "Empowerment" das Mulheres. Foram, também, conservadas no texto dezenas de menções à "sexual" e "sexualidade", em que pese a vigorosa reação política por parte da Santa Sé, de alguns países latino americanos e da quase totalidade do mundo islâmico. Este resultado teria sido radicalmente diverso caso o processo de preparação da CIPD não houvesse sido re-direcionado por um lobby feminista criativo, eficaz e culturalmente diverso.

O Cairo nos ensina que no capitalismo tardio a construção de discursos públicos faz da disputa pela linguagem um locus político fundamental. Como bem lembra Frazer (1994), nas circunstâncias contemporâneas a politização de necessidades humanas - previamente

não politizadas - tem muitas etapas . A última delas é uma luta ferrenha pela interpretação do sentido destas necessidades tal como aparecem traduzidas em textos políticos consagrados e na fala dos especialistas. Além disto no período de tempo que transcorre entre o primeiro momento da politização e a legitimização novas questões e novas interpretações emergem. Quando um destes ciclos de politização se completa, um aggiornamento se faz, portanto, necessário.

Este ensaio parte da premissa que as formulações feministas acerca de gênero, sexualidade (e poder) hoje consagradas não constituem um corpo teórico finalizado. Alguns dos termos hoje legitimados como é caso de "gênero", que coabitam é até mesmo conflituam com outras abordagens analíticas. Por outro lado a agenda já "consagrada" não incorporou ainda novas e instigantes interpretações. Este é o caso, por exemplo, dos exercícios conceituais realizados por Rubin (1993) e Parker (199 ) que estabelecem uma distinção entre os sistemas de gênero e os sistemas erótico ou da sexualidade<sup>1</sup>. Em outras palavras há também uma disputa por linguagem no interior do nosso próprio campo.

Este texto é mesmo um "ensaio", na medida em que tenta costurar muitos fios partidos de reflexão e diálogo que estive desenvolvendo acerca das abordagens que "dissociam os sistemas."<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Assim como acontece com os usos do gênero, a aplicabilidade de uma grade de análise em que gênero e sexualidade - como sistemas de poder e constituição de identidades - se despregam, assumindo uma relativa autonomia já é objeto de controvérsias calorosas entre as feministas norte-americanas e não será diferente no Brasil.

<sup>2</sup> Retoma alguns dilemas que fui obrigada a deixar de lado, ao escrever o livro "Population and Reproductive Rights: Feminist Perspectives from the South" (1994), pois que eles não podiam ser

As duas primeiras seções revisitam a evolução das referências conceituais que tem inspirado a construção do discurso público feminista sobre gênero e sexualidade no contexto brasileiro. A terceira sintetiza as perspectivas avançadas pelas novas abordagens ( em que os dois sistemas embora articulados guardam uma relativa autonomia). A última seção explora de maneira muito preliminar os limites de aplicabilidade desta abordagem analítica.

#### Patriarcado e Gênero: Nexus com Sexus

*"A sexualidade está no centro da opressão da mulheres e da desigualdade de gênero. Precisamos rejeitar o mito do animal sexual masculino e das mulheres como sendo menos instintivas no domínio da sua sexualidade".* (Encontro Regional do Caribe da Rede DAWN-MUDAR em preparação para a CIPD)

A abordagem feminista com relação a desigualdade entre gêneros, assim como perspectivas críticas desenvolvidas por nós no campo da sexualidade não são hoje as mesmas que há dez anos atrás. Barbieri (1993) recupera esta trajetória lembrando que o feminismo latino-americano dos anos se moveu originalmente a partir do conceito de patriarcado como categoria explicativa para subordinação das mulheres. Esta vertente inaugural produziu uma surpreendente energização política, em especial em contextos culturais onde formas concretas de patrimonialismo, androncentrismo e autoritarismo eram palpáveis e dramáticas na vida cotidiana de todos e mais especialmente das mulheres.

A autora reconhece o valor do conceito como um instrumento de

---

plenamente explorados no contexto culturalmente heterogeneo do grupo de trabalho que alimentou a elaboração do texto. Recupera diálogos interrompidos com Ana Paula Portela e Betânia Avila em que estivemos examinando novos nexos possíveis entre gênero e sexualidade na cultura brasileira.

mobilização, mas também afirma que tal como foi utilizado ele carecia de precisão em termos de unidades de análise (o casal, a família, a casa, as relações sociais, o Estado), assim como de delimitação mais precisa no que diz respeito a historicidade e variação cultural. Ou seja o conceito era operado como categoria fixa - quase a-histórica - quando distinções significativas podem ser identificadas, por exemplo, entre as formas patriarcais asiáticas e o patriarcalismo predatório da colonização latina.<sup>3</sup>.

Barbieri vincula o uso e aplicação feminista do conceito à tradição da sociologia Weberiana. Embora sem discordar dela - no que diz respeito mais especificamente a produção acadêmica - parece-me que feminismo ativista latino-americano, dada sua afinidade com o campo marxista, foi mais bem inspirado por Engels em sua "História da Família, da Propriedade Privada e do Estado". Este reconhecimento tem relevância do ponto de vista das concepções críticas acerca da sexualidade, pois Engels identifica à sexualidade feminina aos meios de produção naturais. Os patriarcas controlam a sexualidade das mulheres para assegurar o domínio sobre a economia.

O discurso de Engels, ao final do século 19 como que inaugura a perspectiva das relações objetais que até hoje informa muitas vertente da política sexual (sexual politics). A operação concebida por Engels é economicista e unidirecional: o controle visa não

---

<sup>3</sup>Barbieri, de fato, pergunta: DE que patriarcado estamos falando? E a interrogação a meu ver tem pertinência. Dois anos atrás numa revisão crítica dos textos e projetos iniciais do SOS-CORPO Betânia Ávila indentificou nos discursos do início da década de 80, uma concepção culturalista e não exatamente feminista de patriarcado (um pouco a Gilberto Freire).

exatamente a mulher mas a herança, os homens tem sua sexualidade liberada na mesma medida em que controlam a sexualidade feminina. Esta concepção guarda vinculo genético com o "essencialismo sexual": "...a idéia de que sexo é uma força natural (um meio de produção a ser controlado- N.A.) que pre-existe, que precede a vida social e modela as instituições" (Rubin 1993).<sup>4</sup>

A perspectiva feminista de critica ao patriarcado se alargava, portanto e naturalmente, na direção do questionamento dos mecanismos repressivos e de controle da sexualidade, numa abordagem consistente com o espírito da liberação sexual que a feministas traziam consigo dos anos sessenta. Este ethos político produziu muitas ousadias. É estimulante lembrar, por exemplo, que em 1980, nos estertores da ditadura militar, os grupos feministas do Recife picharam as ruas centrais da cidade com a seguinte frase: "Pergunte se ela goza?". Mas a abordagem tinha limitações. Pensava as mulheres como objetos, vitimizados sexualmente, sem nenhuma possibilidade de agenciamento e nos fez considerar durante anos que a cultura brasileira era fundamentalmente vitoriana. Hoje podemos reconhecer que o "vitorianismo brasileiro" tal como analisado por Freire e Machado ( ), seria apenas uma entre muitas configurações da organização social da sexualidade no Brasil.

O transito do conceito de patriarcado para sistemas e relações de sexo/gênero se inicia ao longo da década de 80 e continua em curso. Como bem afirma Rosemberg (comunicação pessoal), não se

---

<sup>4</sup>Observação quanto a autonomia da sexualidade no texto de Engels: o instigante tratamento da prostituição.

trata de abandonar as matrizes anteriores como se as novas concepções constituíssem um estágio superior da teoria feminista, mas sim de aplicá-las segundo a ressonância que possam ter nos processos de transformação. Seja como for o crescente uso do gênero como categoria de análise afeta necessariamente as concepções feministas da sexualidade.

As referências teóricas fundantes que permitiram este deslocamento, no caso brasileiro, continuam sendo, a meu ver, Rubin (1975) e Scott (1993). Embora quase vinte anos separem estes dois textos, produzidos em campos disciplinares diferentes, ambos elaboram e introduzem uma noção de sistemas de sexo/gênero como sistemas de poder de que resultam tanto conflitos como transformações sociais. Concebida como teoria estrutural a formulação se aplica a diferentes contextos históricos e culturais, mas não é fixa, tem um sentido dinâmico, relacional:

*"Os sistemas de gênero correspondem a totalidade dos arranjos através dos quais as sociedades transformam a sexualidade biológica em atividades humanas e a partir dos quais as necessidades humanas são tanto satisfeitas quanto transformadas. O poder contido nos sistemas de gênero opera com mais força nos estágios reprodutivos da vida humana, quando os meios para controlar a sexualidade, a reprodução e o acesso às atividades produtivas estão situados e funcionam de maneira mais aguda. Esta definição favorece a desconstrução das diferenças de gênero que foram e continuam ser interpretadas racionalizadas como resultado de um ordem natural e biológica imutável, no sentido de pensar-las como circunstâncias construídas social e historicamente, e portanto sujeitas a transformação pela ação social e política. Esta compreensão do gênero como um operador social e simbólico também possibilita o exame das relações de poder inter e intra-gêneros".<sup>5</sup>*

São diversas as implicações analíticas e políticas desta

---

<sup>5</sup>Esta definição sintetiza um texto elaborado por Barbieri (1993) a partir de Rubin (1975).

definição. A desnaturalização das representações e identidades de homens e mulheres não é uma tarefa político-discursiva fácil. Ela abre frentes de conflito agudas não apenas com a tradição, mas também como novos essencialismos que se produzem no campo feminista e no eterno renascer do discurso biologizante sobre as diferenças (MAIS, Folha de São Paulo 11 de dezembro). Além disto quando os gêneros se desnaturalizam a sexualidade deixa de ser uma força natural que precede a formações sociais. A sexualidade pode ser compreendida como um segundo sistema também construído socialmente e que tem **entre outras funções** assegurar a reprodução biológica, numa interação complexa com os sistemas de sexo/ gênero e demais mecanismos de mediação social.<sup>6</sup> Ou seja já não se trata exatamente de reivindicar o gozo, tal como ele se apresenta e se representa, mas sim de problematizar sua representação e, eventualmente, transformá-la.

Entretanto é, ainda mais difícil desnaturalizar as representações sobre a sexualidade do que desbiologizar o significado de homem e de mulher, entre outras razões porque os sistemas modernos de produção (no seu sentido mais amplo: produtos, formas de produzir imagens) tem se encarregado de borrar, de alguma forma, as diferenças, antes vistas como naturais (por exemplo a mulher em casa, o homem na rua). Esta dificuldade é particularmente aguda nas culturas em que o vitalismo sexual incontrollável e

---

<sup>6</sup> Esta foi aliás uma das ênfases centrais no discurso feminista produzido para o Cairo, que resultou nos embates frontais com o Vaticano e outros fundamentalistas e nos quais mais perdemos terreno.

negativo da tradição católica permanece pervasivo<sup>7</sup>.

#### **O Uso de Foucault: Sexualidade, Parcialidades e Enigmas**

*"...a sexualidade humana tem justamente a propriedade de ser completamente desnaturada. Nossa espécie é a única que desconhece o ciclo, as mulheres não são férteis durante a menstruação e excitação não depende nada da reprodução"*  
(Contardo Calligaris, Folha de São Paulo 11 de dezembro de 1994)

Num contexto de debates em que gênero passa a ser referência como categoria de análise é inevitável que busquemos novos marcos teóricos para tratar a sexualidade. De, fato, desde a década de 80 o feminismo brasileiro tem dialogado com as teorias construtivistas, generativas da sexualidade que tem em Foucault um marco fundamental. Entretanto, eu ousaria dizer a incorporação das teorias de Foucault pelo discurso feminista brasileiro tem sido bastante parciais.

Foucault desmonta as representações fixas sobre a sexualidade - como força natural e a-histórica demonstrando que cada época, cada cultura e até mesmo cada sub-cultura produz dispositivos específicos no que diz respeito ao exercício das práticas sexuais, as formas institucionais de controle desta práticas e da própria organização social da sexualidade. No primeiro volume da História

---

<sup>7</sup> Basta lembra que muitas vezes, ao longo dos últimos anos preferimos Reich a Freud e concebemos o desejo e a pulsão como meras re-traduições de instinto, como bem sugere a fala caribenha citada como epigrafe desta seção.



da Sexualidade, o autor identifica, por exemplo, discontinuidades fundamentais entre os sistemas de sexualidade intrínsecos à "cultura do parentesco" (tradicionais) e as operações que conhecemos da modernidade.

No último volume esta elaboração seria retomada e refinada, quando Foucault mergulha o universo das práticas e discursos sexuais dos antigos. Rubin (1993) reconstrói esta trajetória lembrando que:

*"Antigos tabus sexuais baseavam-se nas formações sociais do parentesco. Eles destinavam a impedir uniões não apropriadas e assegurar uma descendência adequada... Quando a medicina e a psiquiatria modernas adquiriram poderes extensivos sobre a sexualidade elas estavam menos interessadas com as "parcerias inadequadas do que com formas "estranhas" do desejo... Os novos sistemas se organizaram ao redor da qualidade da experiência erótica".*

Isto não significa que continuidades não existam - uma delas seria, por exemplo, uma renitente desigualdade entre os gêneros no contexto dos muitos dispositivos de conformação e controle da sexualidade - mas sim que a variabilidade histórica é tão importante na análise da sexualidade quanto de qualquer outro fenômeno social e político. O estudo da sexualidade exige, portanto, atenção com relação à uma complexa conjugação de forças econômicas e sociais, formas de produção, ideologias, movimentos políticos e sistemas legais. Entretanto, como a obra de Foucault, no seu conjunto, privilegia a desconstrução crítica dos discursos e dispositivos de controle modernos da sexualidade, esta foi, a meu ver, a dimensão melhor absorvida e mais trabalhada pelas feministas brasileiras.

Mais que uma opção este caminho parece ter resultado de uma

afinidade eletiva. O diálogo com a teoria construtivista se inicia em meados dos anos 80, quando ainda operávamos primordialmente com o conceito de patriarcado e com a matriz "repressiva" da sexualidade. Nada mais natural portanto que tivéssemos sido automaticamente atraídas pela elaboração pessimista dos dispositivos de controle desenvolvida por Foucault. Esta escolha não foi, porém, sem sentido. Permitiu, por exemplo, elaborar uma crítica criativa e consistente com relação aos sistema médico, e a perversão administrativa das novas tecnologias de reprodução.

As feministas estavam certas ao perceber estas manifestações como reflexo do rápido processo de reconformação da organização social da reprodução no Brasil. Entretanto ao abandonar os demais componentes da teoria, deixamos escapar aspectos fundamentais no que se refere a construção, des-construção e re-construção das próprias sexualidades brasileiras, uma dinâmica de que fazíamos parte como produtoras de novos significados. Não exploramos com a devida atenção o tema da continuidade e descontinuidade entre formas tradicionais (do sistema de parentesco) e modernas de organização da reprodução e da sexualidade. Parece-me, hoje, que o ritmo de re-configuração dos mecanismos destinados a regular as práticas reprodutivas foi mais ágil que os dispositivos e discursos de reconformação das práticas sexuais. É, como se no contexto brasileiro experimentássemos dois regimes de regulação.

Na esfera da reprodução, a queda da fecundidade e mais especificamente o fenômeno da esterilização feminina exprime, sem dúvida, uma alteração radical com relação aos padrões tradicionais do parentesco. Neste processo alteram-se as relações entre gêneros

e gerações e manifesta-se um fenômeno de individuação característico das formações modernas. Ele se exprime, por exemplo, através das mulheres que tomam decisões reprodutivas radicais. Por um lado elas o fazem à revelia da ordem estabelecida, por outro, em consonância com um novo padrão ordenamento destas mesmas práticas. **Donde a enorme dificuldade do movimento feminista de lidar com o tema da esterilização, pois ficamos paralisadas entre o fascínio do agenciamento individual e as armadilhas que representam as novas formas de regulação.** Manifesta-se também na transformação da relação entre mães e crianças, como resultado co-lateral da queda de fecundidade e instaurar novas interpretações e necessidades, e que hoje afetam mesmo as camadas pobres da população.

Já na esfera da sexualidade o uso de Foucault não foi tão fértil. Pois a perspectiva de análise calcada no binômio Repressão vs Liberação nos fez cair numa armadilha clássica: a noção de **uma única sexualidade única** que tem historicamente caracterizado os sistemas de pensamento que tratam do sexo, enquanto na realidade da vida humana os sistemas de sexo não são nunca monolíticos (Rubin). **Ou seja assumimos a existência de uma única sexualidade brasileira, que seria resultado, talvez, de padrões patriarcais combinados com o vitorianismo cabloco.** E ao fazer isto perdemos não percebemos que as combinações, continuidades e descontinuidades eram e são mais complexas.

Nada indica, por exemplo, que os padrões de "liberação sexual" observados no Brasil entre o final dos anos 70 e 90, decorrem exclusivamente de uma revolução nos chamados dispositivos de controle tradicionais. Não resta dúvida que a construção de um

discurso renovado sobre a sexualidade, que contou com contribuição teórica e política do feminismo, desempenhou um papel fundamental nesta re-configuração. Entretanto a densidade e intensidade desta **"liberação de forças eróticas"** sugere que talvez tenhamos apenas atualizado e legitimado representações e práticas que tem atuado na cultura brasileira desde seus primórdios. Num texto em parceria com Ana Paula Portela já afirmávamos que:

*"O elogio da miscigenação pacífica... traz uma compreensão das sexualidade feminina em que o corpo e o desejo nada mais são do que os lugares do prazer do homem e da empresa colonial. É aqui que começa a se formar uma concepção da sociedade brasileira que sobrevive até hoje e onde a sexualidade livre, prazerosa, e segundo Freyre "desbragada" é pouco atenta à considerações outras que não o prazer, tem sido apresentada como um dos elementos centrais da nossa identidade".*

A primeira parte da análise permanece informada por uma compreensão pouco dinâmica de patriarcado. Mas a sequência capta no coração da tradição ( da organização social da sexualidade no sistema de parentesco) um discurso que curiosamente se articula, com o "liberacionismo" da nossa modernidade tardia. Não é preciso realizar grandes pesquisas bibliográficas para identificar um recorrente discurso alumbrado de analistas, memorialistas e, sobretudo viajantes, sobre um erotismo sem limites ou fronteiras que seria intrinsecamente brasileiro. Esta lista vai de Voltaire no século 18 aos novos viajantes como Contardo Caligaris - de quem gosto cada vez mais - passando por Mário de Andrade e Jorge Amado

entre outros.

Recentemente ao revisar o material de campo coletado pelo grupo de pesquisa do SOSCORPO que investiga percepções sobre direitos sexuais e reprodutivos, entre homens e mulheres do sertão pernambucano, me vi diante de discursos que também sugerem muitas e novas interrogações. A meu ver, pesquisa do IRRRAG tem garimpado recorrências e discontinuidades bastante significativas e difere, em vários aspectos, de discursos que ouvi dez anos atrás na mesma região.

O material ilustra, com clareza, a ~~imbricação~~ imbricação entre sexualidade e gênero, como sistemas articulados que constroem o mundo a partir da sua incidência sobre a esfera da reprodução biológica e social. Entretanto é também uma composição discursiva em que práticas sexuais co-existem, numa hierarquia clara, mas sem referências explícitas a tabus: o sexo com animais, a relação sexual no casamento, a homossexualidade. O sistema do parentesco se reflete em discursos masculinos de filhos que contam como seus pais lhes davam dinheiro para buscar prostitutas e evitar as vacas. Já muitas falas femininas tem o tom da elegia burguesa do sexo amoroso no casamento. E não há escândalo, como se poderia imaginar, nas opiniões sobre a homossexualidade.

Há também no material um sentido de individuação dos sujeitos em suas práticas e representações sexuais bastante surpreendente. Ele se manifesta no uso recorrente de expressões como necessidade ou uso para se referir ao sexo. O que autoriza do uso do sexo é a necessidade, ou seja no lugar do sexo como força vital ou apetite parece haver sempre existido um lugar para o sujeito desvinculado

do sistema de ordenamento procriativo. Espaço privilegiado do masculino este lugar parece estar em processo de transformação. Tanto assim que no grupo focal dos homens, a repetição interminável da expressão "usar as mulheres" suscitou uma reação enérgica por parte de um dos participantes. Sua fala diretamente inspirada pela crítica das relações objetivas de sexo poderia ser, facilmente transcrita, como um discurso feminista dos anos 80.

O desvendamento deste **enigma** em que se combinam mutação e continuidade dos discursos e das práticas da sexualidade parece estar a exigir uma atualização teórica que permita **desentranhar** o sistema da sexualidade do sistema de gênero. Deveríamos retomar a teoria construtivista de Foucault em suas outras aberturas e eventualmente seguir a trilhas abertas por Rubin e Parker.

#### **Sistema da Sexualidade Vs Sistema Erótico**

*"O feminismo é uma teoria da opressão de gênero. Ao assumirmos automaticamente que isto transforma o feminismo numa teoria de opressão sexual não distinguimos entre gênero, de um lado, e o desejo erótico de outro... A fusão cultural entre gênero e sexualidade fez emergir a noção de que uma teoria da sexualidade poderia se derivar da teoria de gênero... gênero afeta a operação do sistema sexual, e o sistema sexual tem manifestações específicas de gênero. Embora gênero e sexo estejam intimamente relacionados, eles não são a mesma coisa, mas constituem a base de duas arenas distintas das práticas sociais" (Rubin 1993)*

A citação de Rubin fala por si só. Mas parece interessante porém contextualizar este novo texto da autora. Em 1975 ao escrever o "Tráfico das Mulheres", Rubin tinha como meta produzir um deslocamento teórico com relação a hegemonia das vertentes feministas-marxistas na análise da subordinação das mulheres. Neste novo trabalho Rubin realiza um duplo diálogo. Por um lado abre um

confronto com as perspectivas que equalizam opressão sexual e opressão de gênero, que tem em Catherine Mac Kinnon e no movimento feminista contra a pornografia suas expressões máximas. Por outro realiza uma radiografia aguda e precisa dos novos dispositivos de controle das sexualidades que tomam forma no contexto político crescentemente conservador (o puritanismo americano em crise de hegemonia global). Esta dupla estrutura de argumentação faz com que o texto seja menos elegante, do ponto de vista conceitual, do que o trabalho de 1975.

Uma seção densa se dedica a desconstruir e desafiar as novas modalidades de opressão sexual que caracterizam o contexto cultural americano. A partir de uma perspectiva brasileira, marcada pela indistinção de fronteiras nas práticas e identidades sexuais, o detalhamento com relação a hierarquia das sexualidades parece ser demasiadamente específica, mas não estou tão certa disto. Também algumas das proposições que avança com relação a primazia do desejo e ao consentimento entre os parceiros, inclusive no caso da relação entre crianças e adultos, são decididamente controvertidas. Entretanto parece fundamental reter deste segmento da análise uma idéia central: a sexualidade se torna sempre um campo de batalhas quando outros sistemas mediação social entram em crise<sup>8</sup>.

Rubin pensa um sistema autônomo de sexo/sexualidade como uma esfera específica em que se constroem e transformam relações, culturais sociais e políticas. Ela antevê neste processo de autonomização da sexualidade a possibilidade de produção de uma

---

<sup>8</sup>Nota sobre o potencial de evolução conservadora no contexto brasileiro.

moralidade democrática que:

*"...deve julgar os atos sexuais através do modo pelo qual os parceiros tratam um ao outro, o nível de consideração mútua, a presença ou ausência de coerção e quantidade de prazer que eles proporcionam"*

E inclui, com ênfase, nesta agenda, a perspectiva de um ambiente de "justiça erótica" que se aplicaria tanto ao contexto privado de relações entre parceiros, quanto para as formas de coerção social que se exercem, na esfera pública, sobre as práticas sexuais através do sistema legal e dos discursos morais. Parece ser que, de fato, Rubin, está mais bem em busca de um sistema erótico autônomo do que de um sistema da sexualidade.

Neste sentido a formulação de Parker que define uma matriz ~~tri-partite~~ - sistema de gênero, sistema da sexualidade e sistema ~~erótico~~ - parece ser mais apropriada. Isto porque o sistema da sexualidade é pensado como instância normativa - nomina os dispositivos que re-configuram as representações da sexualidade, como é o caso da religião e do discurso médico. Já o sistema ~~erótico~~ ordena, com uma lógica própria as **práticas sexuais**. Diferentemente de Rubin - que pensa num contexto cultural protestante - a formulação de Parker teve, possivelmente, o benefício da observação antropológica cuidadosa de uma cultura em que historicamente esta esfera autônoma da sexualidade sempre existiu. Esta é, talvez, mais uma razão para pensarmos seriamente em adotar e testar esta referência nas investigações e análise feministas.



## Limites

Embora a adoção de sistemas de análise diferenciados, com relação a sexualidade e gênero seja instigante e necessária, ela apresenta alguns problemas. No material coletado pelo IRRAG/Brasil, verifica-se, por exemplo, que os homens usam as mulheres, e as mulheres usam o sexo. O sexo é representado como uma externalidade (força natural) que é mais de posse dos homens, mas que as mulheres também podem usar. É inevitável identificar aí um padrão de desigualdade, pois nada indica que o uso do sexo transforma, automaticamente as mulheres em sujeitos da sexualidade- como parece acontecer com os homens. Este salto de qualidade só ocorre quando outras condições são preenchidas.

Num perspectiva feminista que privilegia a desconstrução do padrão desigualdade inerente ao sistema de gênero, sistema erótico/da sexualidade autônomo proposto por Rubin, como positividade política, requer a existência de sujeitos autônomos e auto-determinados. E, como bem sabemos, a aplicabilidade da noção de auto-determinação com relação ao desejo erótico é problemática, em particular no caso das mulheres. A proposta guarda um substrato de "individualismo abstrato" que requer revisões.

A garantia de "justiça erótica" tal como formulada pela autora, no contexto de relações sexuais envolvendo dois ou mais parceiros exige um "ambiente favorável" que assegure a não coerção e condições de equidade (já que é impossível ter como referência igualdade na esfera da vida erótica, entre outras razões porque os papéis e relações de poder podem ser alteradas como parte do jogo).

E a criação deste ambiente favorável, por sua vez, demanda concorrência de muitos outros fatores.

Ou seja, é impossível autonomizar o sistema erótico sem levarmos em conta as articulações com outros sistemas de mediação social: outros mecanismos de mediação cultural, o mercado, a lei, os aparatos estatais e políticos.

O candente debate acerca do tráfico de mulheres, no plano global é outra ilustração deste dilema. O fenômeno reflete uma complexa combinação de forças econômicas, sistemas de gênero e sexualidade. A exploração nele implícita não pode ser exclusivamente atribuída a perversão das forças econômicas. O tráfico das mulheres não seria viável, lucrativo e brutal se os sistemas de gênero fossem diferente e as sexualidades ordenadas de outra maneira. Historicamente, nas mais diversas culturas, mulheres se dividiam entre as boas e as más mulheres (as mães/esposas e as prostitutas). No momento atual homens de uma cultura buscam as boas mulheres em outros contextos culturais, já que suas compatriotas se recusam a aceitar padrões de relação caracterizados pela violência e a coerção. Isto vale para europeus que procuram asiáticas e brasileiras, assim como para árabes que buscam indonésias, ou mexicanos que compram esposas na Guatemala. Este deslocamento de um vasto contingente de mulheres através do planeta é mediado, fundamentalmente pela sexualidade, instrumentaliza desigualdades culturais e econômicas e mantém funcionando um sistema desigual de gênero no plano global.

O movimento internacional de mulheres aborda a questão, fundamentalmente, a partir da perspectiva que equaliza opressão

sexual e opressão de gênero e tem sido, frequentemente, arrastado na direção de posições moralistas e moralizantes. As controvérsias são brutais quando se levantam propostas com relação aos direitos das trabalhadoras do sexo, pois esta reivindicação é interpretada como sendo uma legitimação da violência e da exploração. Um forma de rever esta posição seria exatamente, como propõe Rubin, rever o fenômeno a luz de uma perspectiva que identifique, de um lado, os nexos e diferenças entre os sistemas de gênero e os sistemas da sexualidade, e, de outro diferencie, radicalmente, moralidade justiça. Entretanto, esta perspectiva será insuficiente, caso alguns dos fatores que liberam as mulheres para o trabalho sexual não sejam alterados. Pois é difícil conceber que todas as trabalhadoras sexuais do planeta expressam com suas existências apenas pulsão erótica e auto-determinação.

A concepção de um sistema autônomo da sexualidade quando levada a um limite extremo contém enormes riscos. Traz à memória, por exemplo, a análise pessimista desenvolvida por Adorno de Horkheimer - em "A Dialética da Ilustração" - com relação ao discurso literário de Sade. Os autores interpretam os textos do Marques não como tradicionalmente tem sido tratados: **uma transgressão da ordem burguesa nascente**. Mas sim lêem aí um discurso que espelha - através da compulsão erótica e da auto-determinação desenfreada dos personagens - as novas modalidades de acumulação e regulação pelo livre mercado. Ou seja parece decididamente insuficiente pensar um sistema de sexualidade autônomo, sem identificar e desconstruir os nexos que ele mantém com os demais processos de autonomização que se manifestam no

capitalismo tardio.